



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR MUSICAL E SUA ATUAÇÃO JUNTO A ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ANA CÉLIA DE LIMA VIANA¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
AGÊNCIA FINANCIADORA: CAPES

Um breve histórico da Educação Musical no Brasil

Durante o século XX a Educação Musical no Brasil passou por diversas transformações em diversos aspectos como em leis, métodos e práticas de ensino, assim como a formação dos educadores musicais.

O movimento nacionalista da década de 1920 trouxe nomes como Mário de Andrade e Villa-Lobos, que defendiam a importância e o valor do folclore e da música popular. Villa-Lobos, companheiro de Mário de Andrade, tornou-se em pouco tempo um dos nomes mais importantes da educação musical no Brasil, difundindo e instituindo o canto orfeônico em todas as escolas públicas brasileiras. O canto orfeônico foi uma das manifestações nacionalistas que procurou valorizar o folclore brasileiro através da música por meio do canto coral (FONTERRADA, 2008; JÚNIOR, 2012).

Entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, um grupo de educadores, defensores da então chamada escola nova, ganha força e apoio de intelectuais que se preocupavam com o ensino da música no país. Os educadores escolanovistas pregavam uma educação para as massas que abrangesse as camadas mais carentes da sociedade, em especial à população crescente “que habitava os grandes centros urbanos e servia de mão de obra barata para o também crescente movimento industrial”. Nota-se aqui a finalidade cultural e política da música. Com o intuito de despertar a cidadania, a finalidade educativa da música encaixava-se como uma ferramenta para atrair o povo, o que serviria mais tarde como grande aliada à política nacionalista de Getúlio Vargas (JÚNIOR, 2012, p.70).

Na década de 1940, além da obrigatoriedade do canto orfeônico nas escolas, o governo Vargas também exigia a frequência dos professores de música em cursos de formação. Em 1964 entra em cena a Educação Musical, substituindo o canto orfeônico. Porém, não via-se tanta diferença entre uma prática e outra. Paralelamente via-se o aumento no interesse de músicos brasileiros pela educação musical, mas estes atuavam em conservatórios musicais, atingindo um público restrito (FONTERRADA, 2008).

Em 1971 houve uma grande mudança no ensino da música nas escolas com a promulgação da lei n. 5692/71 que extinguiu a disciplina educação musical do sistema educacional brasileiro, substituindo-a pela a atividade de educação artística. “Ao negar-lhe a condição de disciplina e colocá-las com outras áreas de expressão, o governo estava contribuindo para o

¹ Bacharel em Música com habilitação em Composição e Regência – UNESP. Mestranda em Educação Especial – UFSCAR. E-mail: anacelia_viana@hotmail.com



enfraquecimento e quase total aniquilamento do ensino de música”. A partir daí o ensino da música foi perdendo espaço na escola (FONTERRADA, 2008, p. 218).

Em 1974, logo após a promulgação da lei, surgem os cursos superiores de educação artística. Esses cursos tinham caráter polivalente. O professor de educação artística devia dominar quatro áreas artísticas – música, teatro, artes plásticas e desenho, substituído mais tarde pela dança. Esses cursos superiores tinham curta duração e serviam para os professores obterem o grau de licenciatura em pouco tempo, a fim de sanar a falta de professores nessa área nas escolas. Consequentemente os professores de artes ficavam impedidos de aprofundarem-se em qualquer uma dessas áreas artísticas (FONTERRADA, 2008).

Em 1996 entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 da educação nacional, e segundo ela a arte passa a ser um componente importante do currículo e é então reconhecida como disciplina. A Lei Federal nº 11.769 aprovada em 18 de agosto de 2008, alterou a LDB 9394/96 quanto ao ensino da arte, apontando agora a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica: “A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo” (BRASIL, 2008).

Júnior (2012, p.79) afirma que as instituições de ensino básico

“ainda não estão preparadas integralmente para a aplicação de tal legislação, impedidas pela carência de materiais, espaços adequados para a prática musical e, principalmente, de professores qualificados para atuar com música na educação básica”.

Após grandes mudanças na educação musical brasileira, chegamos ao século XXI com a volta da música nas escolas, fato que trás à tona diversas questões, entre elas a formação do educador musical, que deve ser adaptada às mudanças e realidade deste novo século, e ao papel da educação musical na sociedade atual.

Educação musical para todos

Hans-Joachim Koellreutter, músico alemão naturalizado brasileiro, atuou por muitos anos no contexto da educação musical no Brasil e acreditava que a educação musical não deve ser direcionada apenas para a profissionalização de músicos, mas sim vista como um meio para desenvolver a personalidade de pessoas como um todo e despertar aspectos indispensáveis para o futuro profissional de qualquer área do conhecimento, como comunicação, concentração, trabalho em equipe, criatividade, senso crítico, entre diversos outros (BRITO, 2001).

Pensando no ensino da música para todos, há de se incluir também a população de alunos público alvo da educação especial (PAEE). Paulon, Freitas e Pinho (2005, p. 28) citam que os entrevistados em sua pesquisa afirmam que “os cursos de formação de professores pouco abordam sobre educação inclusiva e conhecimento acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos”, e que o despreparo desses professores é um dos maiores obstáculos para a educação inclusiva. Pensando nisso seria importante que os educadores musicais tivessem conhecimento da importância de atividades musicais para tais alunos.

Quanto ao preparo do educador musical no trabalho com alunos PAEE, Louro, Alonso e Andrade (2012, p. 43) afirmam que “há caminhos e possibilidades para se alcançar resultados de boa qualidade musical inclusiva, contanto que o professor se prepare antecipadamente”. Para tal preparo os autores listam alguns tópicos que acreditam serem pré-requisitos para que educadores musicais trabalhem com alunos PAEE, como quebra das barreiras atitudinais;



conhecimento mais profundo das deficiências; conhecimento pormenorizado do aluno; intercâmbio de informações com outros profissionais que trabalham junto ao aluno PAEE (professores, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, etc), assim como com os pais e responsáveis desses alunos; definição clara e realista das metas pedagógico-musicais; estratégias diferenciadas para as aulas e avaliações de alunos PAEE, de acordo com suas habilidades e limitações.

Os autores afirmam também que

A educação musical, realizada por profissionais informados e conscientes de seu papel, educa e reabilita a todo momento, uma vez que afeta o indivíduo em seus aspectos principais: físico, mental, emocional e social (LOURO *et al*, 2006, p. 27).

Muitas pessoas com deficiência apresentam diversos problemas psicomotores. Segundo Louro *et al* (2006, p. 54), “psicomotricidade é a relação entre os aspectos psicológicos emocionais, a cognição e a ação motora frente às fases do desenvolvimento do ser humano desde sua fecundação até o fim de sua vida.”

Pessoas que apresentam atraso em seu desenvolvimento psicomotor podem ter problemas em relação a diversos aspectos, como construção de esquema corporal, temporal, espacial, lateralização, coordenação motora, postura, entre outros, prejudicando o desenvolvimento da aprendizagem e a aquisição de habilidades. Tal atraso pode ocorrer devido a uma deficiência ou falta de estimulação (LOURO *et al*, 2006).

A musicalização trabalha todos os aspectos psicomotores necessários para uma boa aprendizagem futura, seja musical ou não. As atividades de musicalização são baseadas em jogos, brincadeiras e exercícios que visam desenvolver aspectos do desenvolvimento infantil, como andar na pulsação da música, explorar sons do ambiente, além de jogos de improvisação, percussão corporal, ou tocar um instrumento e cantar. Todas essas atividades estimulam aspectos psicomotores e contribuem para o desenvolvimento de habilidades físicas, sociais, emocionais, intelectuais (LOURO *et al*, 2006).

A formação do educador musical

Alguns estudos mostram que há certa preocupação em relação a preparação do educador musical e sua atuação com alunos PAEE, como a dissertação de mestrado de Soares (2006), que buscou examinar e identificar as relações entre as práticas musicais de alunos público alvo da educação especial e a formação dos professores de música em relação ao atendimento e às necessidades dessas pessoas. A pesquisadora observou três professores de música de escolas particulares de uma cidade da Grande São Paulo e aplicou-lhes questionários com o propósito de caracterizar as concepções expressas pelos participantes, principalmente em relação à educação musical, educação especial, deficiência e inclusão. Com o intuito de analisar a formação acadêmica dos professores participantes dessa pesquisa, a pesquisadora examinou ainda as grades curriculares e dos planos de ensino dos cursos de nível médio, graduação e pós graduação realizados pelos mesmos. Os resultados apontaram para a necessidade de cursos de formação de professores que discutam as práticas inclusivas na educação musical, assim como a importância de novas pesquisas mais profundas na área.

Souza (2010), buscou analisar a situação da educação musical frente às recentes mudanças na legislação nacional em relação à inclusão educacional de pessoas PAEE, buscando situar o educador musical nesse contexto. Como parte do trabalho para a sua dissertação desenvolveu



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

um curso de musicalização para pessoas com deficiência visual no Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte (IERC/RN). Como teste piloto, a pesquisadora aplicou um questionário aos participantes de um minicurso, oferecido pela mesma, realizado durante um Encontro Regional da Associação Brasileira de Educação Musical onde o tema era musicografia braile. Os participantes do minicurso eram na maioria professores de música. Através desses questionários a pesquisadora tentou identificar nos inscitos do curso suas opiniões a respeito das principais dificuldades do educador musical diante da inclusão de alunos público alvo da educação especial. Observou-se que as respostas aos questionários foram muito semelhantes: despreparo, escassez de material didático e dificuldades metodológicas.

Em Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina, Machado (2012) investigou como os professores de música da rede pública de ensino básico da cidade de Florianópolis lidam com alunos com deficiência em suas aulas. Buscou também identificar aspectos sobre a formação desses professores para atuar em contexto inclusivo. O método utilizado foi um *survey*. Foi aplicado um questionário aos professores de música. Muitos professores afirmaram sentir dificuldades em lidar com alunos PAEE. Dentre as razões que justificam as dificuldades encontradas pelos professores destacam-se a falta de conhecimento específico na área; incredulidade de alguns professores sobre a capacidade e possibilidade de seus alunos com necessidades educacionais especiais realizarem atividades musicais; falta de preparo para inclusão; muitos alunos em sala de aula para poucos recursos. A pesquisadora informa em seu trabalho que o Curso de Licenciatura em Música da UDESC tem em sua grade curricular duas disciplinas voltadas ao atendimento de alunos PAEE: LIBRAS e Introdução à Educação Musical Especial.

Viana (2010), em conclusão de pesquisa de iniciação científica, realizou um levantamento de instituições que ofereciam atividades musicais para pessoas com deficiência intelectual na cidade de São Paulo. As dez instituições entrevistadas durante essa pesquisa viam a atividade musical de forma positiva para o desenvolvimento e bem estar da pessoa com deficiência intelectual. No entanto, algumas respostas ainda eram vagas e caíam no senso comum, como “música faz bem porque acalma”, ou “porque ajuda no desenvolvimento da criança”, mas sem explicar como e por quê. Nesse caso percebe-se a falta de informação e aprofundamento no assunto por parte das instituições, quanto aos benefícios que a música traz para o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, social e mental da pessoa com deficiência. Apesar disso, foi notado que a maioria dessas instituições soube explicar os benefícios que a prática musical traz para as pessoas atendidas, mesmo sem saber explicitar as razões da importância da música para o público atendido elas percebem que este se beneficia dessa prática. Algumas instituições afirmaram não ter atividades musicais, e justificaram-se com o argumento de não ter profissionais na área (um voluntário, por exemplo) ou ainda que tal atividade não fazia parte do perfil da instituição, o que trouxe a reflexão acerca da falta do profissional em música capacitado para atuar com pessoas público alvo da educação especial.

Em relação a estudos que apontam trabalhos que já estão sendo realizados, temos como exemplo o de Alvares (2010), onde cita em seu artigo que o curso de licenciatura em música da UFRJ oferece aos alunos a oportunidade de realizarem prática pedagógica tanto em instituições especializada, no Instituto Benjamin Constant, que atua com deficientes visuais, como em escola regular, mantendo um convênio com um colégio que possui programa de



inclusão. Ela aponta também a importância de atividades musicais para pessoas com qualquer tipo de necessidade especial, seja ela física, sensorial, cognitiva, além de citar também crianças de rua, outros grupos desvantajados ou marginalizados pela sociedade.

Tendo em vista que no Brasil o campo de pesquisas em educação especial é relativamente novo, achou-se oportuno recorrer à literatura internacional para investigar o trabalho realizado há mais tempo referente ao ensino da música para alunos público alvo da educação especial. A seguir seguem alguns exemplos de pesquisas realizadas no exterior.

Nos Estados Unidos, Salvador (2010) realizou um *survey* para investigar como instituições norte americanas abordam o tema da diferenciação de instrução para alunos PAEE em programas de graduação de formação de educadores musicais. A pesquisa teve como foco universidades que ofereciam programas de mestrado e doutorado em educação musical, credenciados pela Associação Nacional de Escolas de Música (NASM). Os entrevistados foram representantes dos cursos, e responderam se, referente ao tema do ensino de música para populações especiais, era (a) necessário um curso, (b) se a universidade já oferecia tal curso ou (c) se de alguma outra forma significativa o tema era abordado. Cento e nove instituições participaram da pesquisa, onde apenas 29,6% afirmaram necessitar de um curso de preparação de professores de música para alunos PAEE; 38,9% já dispunha de um curso e 59,8% das instituições informaram que integravam o ensino das populações excepcionais durante a formação no curso. Entre as universidades que afirmaram preparar os educadores musicais para atender a população de alunos PAEE, muitas realizavam tal preparação separadamente do curso de música, na faculdade de educação, por exemplo, o que é diferente de ter um curso específico em educação musical especial. Este último, segundo a pesquisadora, seria o ideal, já que o educador musical, pensando suas aulas em contexto inclusivo, deveria ter conhecimento sobre o PAEE, além de saber como direcionar o conteúdo musical para esse público.

Hourigan (2007), também norte-americano, escreveu um artigo onde um dos principais objetivos foi rever pesquisas acerca da preparação do educador musical para atuar na educação especial, além de incluir sugestões para a pesquisa e prática de ensino nessa área. Como sugestão o pesquisador cita outras pesquisas que afirmam que a chave para ajudar na preparação de educadores musicais que atuarão na educação especial seria incluir em sua formação experiências com alunos público alvo da educação especial como parte do trabalho de campo. Tais experiências podem mudar drasticamente a perspectiva de um educador musical sobre o ensino de alunos público alvo da educação especial (Kaiser, Johnson *apud* Hourigan, 2007; VanWeelden, Whipple *apud* Hourigan, 2007). Quando o trabalho de campo com alunos PAEE não for uma opção, o método do estudo de caso poderia ser uma ferramenta útil para estimular a discussão e estratégias de planejamento para o ensino de alunos PAEE, com casos já estudados ou ainda incluindo os casos dos próprios educadores musicais em questão (Pugach *apud* Hourigan, 2007). Uma outra pesquisa também sugere que criar uma relação com a comunidade de educação especial é vital para todas as disciplinas, incluindo música. O trabalho de campo na sala de aula de educação especial poderia ajudar educadores musicais, atualizando-os com novas tendências, deixando-os mais confortáveis com a inclusão de um tópico nos métodos de formação de professores, e construindo relacionamentos com os educadores especiais e musicoterapeutas em sua comunidade para que possam ter com quem consultar sobre este tema (York, Reynolds *apud* Hourigan, 2007).



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Em Helsinque, Finlândia, há uma escola de música para pessoas público alvo da educação especial que oferece aulas de instrumentos e de banda para mais de 160 alunos. Essa escola de música faz parte do Centro de Educação Musical Especial Resonaari (*Resonaari Special Music Centre*), inaugurada em 1995, onde também são realizadas pesquisas, produção de material, organização de cursos e educação complementar, além de manterem uma rede de profissionais, associações, institutos politécnicos e universidades na Finlândia e no exterior (RUOKONEN, POLLARI, KAIKKONEN, RUISMAKI, 2012). Um dos trabalhos produzidos pelo Centro Resonaari foi o *Figurenotes*, um método de notação musical originalmente desenvolvido pelo musicoterapeuta finlandês Kaarlo Uusitalo, criado inicialmente para ser trabalhado em seções de musicoterapia e no ensino da música para pessoas com deficiência intelectual. Trata-se de um método de notação musical de forma concreta, por meio de cores e formas, dando às pessoas que têm dificuldade ou são incapazes de entender a notação abstrata convencional a chance de fazer música. O público-alvo do *Figurenotes* são as pessoas PAEE ou ainda aquelas de qualquer faixa etária dando seus primeiros passos musicais (KAIKKONEN, 2008). Exemplos da aplicação e resultados desse método foram demonstrados no projeto *Music for All – Improving Access to Music Education for People with Special Needs*, do qual três países fizeram parte (Letônia, Estônia e Finlândia). Os objetivos principais desse projeto eram: a) fornecer educadores musicais com métodos de ensino e materiais disponíveis, bem como aumentar a sua capacidade de ensinar pessoas com necessidades especiais; b) construir melhores atitudes em relação às pessoas com necessidades especiais como músicos, entre educadores musicais e toda a sociedade. Como exemplo de estudo de caso deste projeto, podemos citar uma garota com deficiência intelectual, fala comprometida e problemas em sua coordenação física. Ela apresentava dificuldades em expressar-se mas entendia muito bem o que lhe diziam. Essa garota iniciou as aulas de música aos 11 anos de idade, e era muito curiosa e disposta a tentar coisas novas. Após conhecer outros instrumentos interessou-se muito pelo piano, e com a ajuda do método *Figurenotes* demonstrou sucesso e foi encorajada a continuar com os estudos musicais, tocando piano, cantando e compondo. A música ajudou-a de diversas formas: compondo, a garota conseguiu expressar-se melhor; mover-se e dançar ensinaram-a como dominar e coordenar seu corpo, e tocar um instrumento melhorou sua concentração, memória e criatividade (KAIKKONEN *et al*, 2011).

Conclusões

Os estudos brasileiros citados neste ensaio nos dá uma breve ideia sobre a formação do educador musical voltada para a atuação deste junto a alunos público alvo da educação especial, mostrando que as pesquisas aqui citadas encontram um problema recorrente: educadores musicais apontam a falta de preparo e de material didático como principais impedidores para a atuação deles junto a alunos público alvo da educação especial. Esses estudos também deram ênfase à importância de novas pesquisas acadêmicas nessa área, e duas das universidades onde as pesquisas foram realizadas já demonstram a importância de preparar o futuro professor de música para atuar em contexto inclusivo: A UDESC e a UFRJ. Ambas tem em suas grades curriculares disciplinas ou programas voltados para a problemática da atuação de educadores musicais junto a alunos PAEE.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Já o artigo de Hourigan (2007) aponta possíveis soluções para a preparação do educador musical frente à realidade da inclusão escolar, como experiências de campo e a discussão de estudos de caso sobre aulas de música para alunos PAEE.

O projeto finlandês (*Music for all*) aponta resultados positivos do trabalho musical com pessoas público alvo da educação musical, oriundos de um longo planejamento e de anos de trabalho e dedicação ao projeto. O fato deste grande projeto ser realizado em país desenvolvido não impede que certas ideias sejam transportadas para a nossa realidade. Os educadores musicais do *Music for All – project* enfatizam aos educadores musicais que lecionam para pessoas PAEE que sejam pacientes, pois alguns indivíduos apenas precisam de mais tempo, esforço e uma orientação cuidadosa de um professor especialista (KAIKKONEN *et al*, 2011).

Com alguns exemplos bem sucedidos, imagino que já pode se pensar em algo para darmos um passo adiante na pesquisa de educação musical no âmbito da educação especial. Atualmente creio que seja necessário pensar em como moldar a formação do educador musical, e o que fazer para melhorar este quadro. Os principais problemas já foram e ainda estão sendo questionados, mas as pesquisas carecem de ideias para a solução de tais problemas. Como dito anteriormente, educadores musicais alegam falta de preparo e material didático como maiores impedidores para sua atuação junto a alunos PAEE, sendo assim posso concluir que com três palavras chaves podemos começar a pensar em um rumo para tal problema: planejamento, paciência e esforço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, T. S. A Educação Musical nas necessidades educacionais especiais: desafio na formação discente. In: **Congresso Nacional da ABEM**, n. 19, 2010. XIX. Goiânia: 2010, p. 132-137.

BRASIL. *Lei n.º 11.769*, de 18 de Agosto de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm>, acesso em 2 nov.2012.

BRITO, T. A. de. **Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

FONTEERRADA, M. T. de O. **De Tramas e Fios: um ensaio sobre música e educação**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, 2.ed.

HOURIGAN, R. Preparing Music Teachers to Teach Students with Special Needs. In: **Applications of Research in Music Education**, 26, p. 5-14, 2007. Disponível em <<http://upd.sagepub.com/content/26/1/5>>, acesso em 11 maio 2013.

JÚNIOR, W. L. História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil. **Eccos Revista Científica**, núm. 27, janeiro-abril, p. 67-80. Universidade Nove de Julho, São



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articuloBasic.oe?id=71523347005>>
Acesso em: 25 jun.2013.

KAIKKONEN, M. Figuresnotes Allows All to Make Music. In: **Doorway to Room 217**, issue 8, october 2008. Disponível em: <<http://www.room217.ca/newsletter/index.php?article=105>>, acesso em 2 ago. 2013.

_____; PETRASKEVICA, A.; VAINSA, S. **Music for all: Special Music Education Teacher's Manual**. E-FORMA, 2011. Disponível em <http://failiem.lv/down.php?i=lxkvfpq&n=Muzika_ENG_web-NEW.pdf>, acesso em 13 jul. 2013.

LOURO, V. Dos S.; ALONSO, L.G.; ANDRADE, A.F de. **Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas**. São José dos Campos: Ed. Do Autor, 2006.

_____. **Fundamentos da Aprendizagem Musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Som, 2012.

MACHADO, D. **A Educação Especial na formação e na prática pedagógica do professor de música**. Trabalho de Conclusão de curso. Florianópolis: UDESC, 2012.

PAULON, S.M.; FREITAS, L.B. de L.; PINHO, G.S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, 48p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaideinclusao.pdf>>, acesso em 7 out.2012.

RUOKONEN, I.; POLLARI, S.; KAIKKONEN, M.; RUISMAKI, H. The Resonaari Special Music Centre as the Developer of Special Music Education between 1995-2010. In: **Procedia - Social and Behavioral Sciences**. Vol. 45, p. 401-406, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812023129>>, acesso em 13 jul.2013.

SALVADOR, K. Who Isn't a Special Learner? A Survey of How Music Teacher Education Programs Prepare Future Educators to Work With Exceptional Populations. In: **Journal of Music Teacher Education**. Vol. 20, 1: p. 27-38, 2010. Disponível em <<http://jmt.sagepub.com/content/20/1/27.full.pdf+html>>, acesso em 25 jun 2013.

SOARES, L. **Formação e Prática Docente Musical no Processo de Educação Inclusiva de Pessoas com Necessidades Especiais**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2006.

SOUZA, C. S. L. **Música e Inclusão: necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?** Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2010.

VIANA, A.C. de L. Levantamento de instituições que oferecem atividades musicais para pessoas com deficiência intelectual na cidade de São Paulo. In: **Anais do VII Simpósio de Educação Musical Especial**. São Paulo, 2010. 1 CD-ROM.